



# Troika revela preocupação com riscos constitucionais

**PSD vai reforçar o pedido de suavização das metas na reunião de hoje com os credores.**

**Margarida Peixoto  
e Cristina Oliveira da Silva**  
margarida.peixoto@economico.pt

As reuniões com a 'troika' já arrancaram e há uma preocupação que tem marcado as conversas: os riscos constitucionais. Os avisos para o impacto das decisões do Tribunal Constitucional na estratégia de cortes da despesa já tinham sido feitos pelo Governo, mas nas últimas reuniões os peritos continuam a insistir neste ponto, sabe o Diário Económico.

Na segunda-feira já houve encontros com o IGCP e ontem houve reuniões para se fazer um ponto de situação das reformas na função pública. Sempre que o tema da reunião abordava medidas, os técnicos do FMI, Comissão Europeia e BCE quiseram saber qual o impacto de um eventual chumbo do TC às iniciativas do Governo. Ou seja, quiseram saber a poupança estimada em cada um dos cenários. Do mesmo modo, também deixaram claro que, uma vez mais, o Governo terá de apresentar planos alternativos para o caso do risco constitucional se materializar.

Do lado do Governo, os técnicos não esconderam os riscos e avisaram que as decisões do TC são difíceis de antecipar. Em causa estão mais de mil milhões de euros em medidas (ver caixa), cerca de 0,6% do PIB.

Esta preocupação da 'troika' dificulta ainda mais a obtenção de uma flexibilização do défice. Os credores não querem dar sinais de relaxamento da pressão para cortar despesa pública, uma vez que poucas são as medidas sobre as quais pode ser dada uma garantia absoluta de virem a ser implementadas.

Ainda assim, o Governo e o principal partido que sustenta a maioria não querem desistir. Hoje a troika reúne-se com os deputados da comissão parlamentar que acompanha o programa de ajustamento e o PSD confirma que o pedido de suavização de metas será reforçado. Aliás, os chumbos do TC vão ser utilizados como argumento para obter uma flexibilização do objectivo do défice dos actuais 4% para 4,5% em 2014. "Apesar do empenho, há determinadas situações que ultrapassam a vontade do Governo e dificultam o cumprimento das metas", explicou o deputado Nuno Reis, ao Diário Económico. Outro argumento, será a tentativa de

## EM RISCO DE CHUMBAR

● O alargamento do horário de trabalho da função pública das actuais 35 para 40 horas semanais vale 204 milhões de euros em 2013 e 2014.

● O corte de 10% nas pensões dos funcionários públicos, com uma poupança estimada de 672 milhões de euros, deverá ser avaliado pelo Tribunal Constitucional. No Executivo teme-se um chumbo.

● O sistema de requalificação dos funcionários públicos excedentários, que poderia conduzir ao despedimento, foi chumbado. O Governo já apresentou uma alternativa.

● A nova tabela salarial da função pública está à espera de ser conhecida. O objectivo é aproximar os salários aos do sector privado, o que pode resultar em mais cortes de remuneração e novos pedidos de fiscalização ao TC.

defender "os sinais positivos" da economia de uma "visão cega dos objectivos previstos no memorando".

## Parceiros ficam com a ideia de que ajustamento é para manter

Os parceiros sociais não conseguiram ontem respostas da 'troika', com que reuniram, mas ficaram com a ideia de que não há grande espaço para alterações no programa de ajustamento. Até porque o novo responsável da Comissão Europeia terá deixado a ideia de que o programa deve manter-se no actual caminho, referiram vários parceiros.

O representante da Comissão Europeia "voltou a insistir claramente em que o modelo estava certo, havia indícios de que ia resultar e portanto não estávamos em altura de alterar", afirmou Vieira Lopes, da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal. A CCP recordou, aliás, que Bruxelas tem sido sempre "o elemento mais rígido".

Para a CGTP, esta indicação deixada de que o programa está a resultar e "tem de continuar" é sinónimo de mais austeridade.

Os parceiros mostraram-se desagradosos com a ausência completa de respostas e a CIP - Confederação Empresarial de Portugal acusou os representantes da 'troika' de desresponsabilização. De acordo com António Saraiva, os dois novos elementos (da Comissão Europeia e FMI) evitaram dar respostas alegando que acabaram de chegar ao país e precisavam de mais dados, ideia confirmada por outros parceiros. A CIP acredita que os responsáveis "vinham com a lição estudada de manter silêncio", mas diz estranhar que as organizações, ao mudarem os responsáveis, se desresponsabilizem por posições assumidas anteriormente. Também para a CAP este "renascimento da 'troika' a meio do processo" não é bom e João Machado acredita que não está em causa uma mera falha na passagem de testemunho.

Os parceiros sociais assumem pontos de convergência no desejo por um ajustamento mais suave, mas duvidam dos efeitos da reunião de ontem. CGTP e UGT voltaram a insistir no aumento do salário mínimo, mas a 'troika' não deu resposta. ■ com D.F. e M.M.O.